

**MEMÓRIAS, IDENTIDADES E PATRIMÔNIO NAS ÁGUAS E MARGENS DO RIO
SABARÁ: HISTÓRIA NARRADA POR UMA EX-LAVADEIRA****MEMORIES, IDENTITIES AND HERITAGE IN THE WATERS AND BANKS OF THE
SABARÁ RIVER: A STORY TOLD BY A FORMER WASHERWOMAN**

Lana Mara de Castro Siman¹, Kele C. Alves Vilaça Amaral², Isabella Carvalho de Menezes³

Resumo: O presente artigo apresenta análise e interpretação de uma entrevista narrativa, a de Dona Lúcia, ex-lavadeira do rio Sabará, sendo este rio um “ser” constitutivo da paisagem local e participante da história e memória de moradores da cidade homônima ao rio, situada na região metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais. Dona Lúcia é uma das dezesseis mulheres, em sua grande maioria negras, participantes do projeto Mãe Domingas – educação pelas águas do Rio Sabará. Dona Lúcia, mulher negra, pertencente a uma família numerosa e de expressão silenciada pela narrativa colonialista, ainda predominantemente difundida sobre a história da cidade, foi convidada a participar da pesquisa por ter exercido, juntamente com outras mulheres de sua família e vizinhança, o ofício de lavadeira. Em movimentos dialogais, entre a escuta e a leitura de suas memórias narradas, os referenciais teórico-conceituais e pesquisas em temas correlatos, foram construídos núcleos de significação reveladores de elementos da história da família, de experiências do exercício do ofício árduo e subvalorizado, de traumas devido a enchentes, de saberes sobre as transformações ocorridas sobre o curso do rio, sobre suas águas e margens. Para Dona Lúcia, o rio é também revelado como um lugar de fruição individual e coletiva, sendo configurado como bem natural e cultural a ser preservado. Conclui-se que as memórias de Dona Lúcia oferecem evidências na direção das suposições construídas pela equipe do projeto. Uma primeira é a de que suas memórias apresentam elementos que podem contribuir para a ressignificação de representações e práticas que os moradores da localidade e, em especial as novas gerações, têm sobre o rio Sabará. A segunda é a de que suas memórias oferecem argumentos que permitem disputar, na cena pública, o valor do rio como um bem cultural, portanto como um patrimônio a ser recuperado e preservado pelos moradores da cidade.

Palavras-chave: Memórias de lavadeiras. Patrimônio ambiental. Rio urbano.

Abstract: The present article presents the analysis and interpretation of a narrative interview, that of Dona Lúcia, ex-laundress of the Sabará river, being this river a constitutive “being” of the local landscape and participant in the history and memory of residents of the city with the same name as the river, located in the metropolitan region of Belo Horizonte, Minas Gerais. Dona Lúcia is one of sixteen women, mostly black, participating in the Mãe Domingas project – education through the waters of the Sabará River. Dona Lúcia, a black woman, belonging to a large family whose expression was silenced by the colonialist narrative, still predominantly disseminated about the history of the city, was invited to participate in the research for having exercised, together with other women in her family and neighborhood, the craft of washerwoman. In dialogic movements, between listening and reading their narrated memories, theoretical-conceptual references and research on related themes, meaning cores were constructed that reveal elements of family history, experiences of the exercise of the arduous and undervalued profession,

¹ Doutora em Didática da História (Université Laval/Canadá). Professora UEMG (Faculdade e PPG de Educação). E-mail: lana.siman@uemg.br

² Mestre em Educação (UEMG). Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (Jaboticatubas/MG). E-mail: kelevamaral@gmail.com

³ Mestre em Educação (UEMG). Técnica em Assuntos Educacionais no Ibram/MinC - Museu do Ouro (Sabará/MG). E-mail: isabella.menezes@museus.gov.br

of traumas due to floods, of knowledge about the transformations that occurred on the course of the river, on its waters and banks. For Dona Lúcia, the river is also revealed as a place of individual and collective enjoyment, being configured as a natural and cultural asset to be preserved. It is concluded that the memories of Dona Lúcia offer evidence in the direction of the assumptions built by the project team. The first is that her memories present elements that can contribute to the redefinition of representations and practices that the residents of the locality and, especially the new generations, have about the Sabará River. The second is that her memories offer arguments that allow the public to dispute the value of the river as a cultural asset, therefore as a heritage to be recovered and preserved by the city's residents.

Keywords: Memory of washerwomen. Environmental heritage. Urban river.

Introdução

Estudos e pesquisas a respeito da história de vida de ex-lavadeiras e de suas relações com os rios em que exerceram esse ofício não receberam, ainda, o destaque que faça jus ao papel que tais mulheres desempenharam na história das diferentes localidades, no antes e pós abolição. Não é muito diferente para outras atividades exercidas por mulheres negras descendentes de escravizados, forras ou libertas e brancas pobres que exerceram, e ainda exercem, diferentes trabalhos manuais e de comércio no ambiente público das vilas e cidades brasileiras. O universo de suas sensibilidades, de opressão e de resistência e de astúcias na vida cotidiana é pouco acessado até os anos 1960 na Europa e nos Estados Unidos. No Brasil, segundo Maria Odília da Silva Dias (1985), começam a ser objeto de interesse a partir dos anos 1990, coincidindo lá e cá com o despontar mais intenso do movimento feminista.

O que apresentaremos no presente artigo refere-se à memória de uma ex-lavadeira, escolhida no grupo de dezesseis (16) mulheres, pertencentes a duas comunidades participantes do projeto Mãe Domingas - educação pelas águas do Rio Sabará.⁴

⁴ O nome Mãe Domingas - educação pelas águas do Rio Sabará, escolhido para título do projeto de pesquisa, faz referência à uma antiga ponte do rio Sabará construída no período colonial, tendo sido posteriormente renomeada como ponte do Geo. Mãe Domingas reporta a uma figura feminina da vila que caiu no esquecimento das gerações mais novas. Pesquisadores ligados ao projeto identificaram uma das poucas referências documentais ligadas à memória dessa mulher: um inventário de bens, datado de 1806, que a identifica como "crioula forra, mãe solteira de um filho demente". Referência essa que pode ser encontrada no Inventário de bens de Domingas Moreira dos Santos - CPO - I (II) 112. 1806-1812,

No contexto do projeto da pesquisa Mãe Domingas: educação pelas águas do rio Sabará foram convidadas mulheres, negras em sua grande maioria que exerceram, e/ou ainda exercem, o ofício de lavadeira nas águas do rio Sabará. Considera-se, a partir de estudos exploratórios que antecederam à formulação do projeto de pesquisa⁵ que essas mulheres são detentoras de memórias de um rio limpo, em cujas águas e margens podia-se lavar, quarar, secar roupas, pescar para garantia do sustento pessoal e de suas famílias; podia-se trocar e transmitir saberes e saber -fazer entre adultos e entre esses e as crianças e jovens e por fim, e não menos importante, usufruir de suas águas e margens para o banho, para deleite, para fruição, para os encontros e novas sociabilidades. Memórias essas que se revelam em contraposição a sentimentos e gestos de rejeição e de afastamento do rio, já identificados entre jovens moradores da cidade⁶, ao expressarem suas visões de um rio sujo, feio, malcheiroso, provocador de enchentes. Duas suposições alimentam o desenvolvimento do projeto pela equipe. A primeira é a de que ao se confrontar as percepções enunciadas por esses jovens -que podem certamente ser encontradas em outros grupos geracionais e sociais-, com as experiências vividas pelas lavadeiras em outro tempo, poder-se-ia promover, sobretudo junto às novas gerações, deslocamentos nos seus modos de sentir e pensar predispondo-os a agir em prol da recuperação e preservação do rio, e não a favor de sua morte, por meio de sua canalização e tamponamento. A segunda suposição diz respeito ao poder transformador presente nas memórias silenciadas e ou subalternizadas, permitindo a que esses e outros grupos em situação de subalternidade possam, em cena

ao acessar os arquivos da Casa Borba Gato/Museu do Ouro, unidade museológica do Instituto Brasileiro de Museus, IBRAM.

O projeto Mãe Domingas - educação pelas águas do Rio Sabará é desenvolvido pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, em parceria com o Museu do Ouro/Ibram e com a colaboração da profa Barbara Bader, da Université Laval Québec/Canadá, sendo financiado pela Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), a quem dirigimos nossos agradecimentos pelo apoio recebido por meio do Chamada 01/2018 - Demanda *Universal*.

⁵ SIMAN, L. M. C.; BADER, B. ; MENEZES, I. C. . Cooperação internacional: um desafio social e politicamente sensível. In: Rachel de Sousa Vianna; Delzi Alves Laranjeira. (Org.). Internacionalização do Ensino Superior: concepções e experiências. 1ed.Belo Horizonte: EdUEMG, 2018, v. 1, p. 115-126.

⁶ SIMAN, L. M. C. ; BADER, B. ; MENEZES, I. C. . Cooperação internacional: um desafio social e politicamente sensível. In: Rachel de Sousa Vianna; Delzi Alves Laranjeira. (Org.). Internacionalização do Ensino Superior: concepções e experiências. 1ed.Belo Horizonte: EdUEMG, 2018, v. 1, p. 115-126.

pública, participar da disputa e negociação com outros atores sociais, inclusive o Estado, a respeito do valor do rio como bem cultural e natural, ou seja, da possibilidade de esse bem ser considerado um patrimônio pelos moradores da cidade, traduzida em políticas públicas urbana que revertam a situação atual.

Antes de colocar em foco a análise e interpretação da história de vida de Dona Lúcia, a partir de núcleos de significados construídos na interlocução entre o que nos foi narrado e a perspectiva teórica que orienta o projeto, exporemos de forma breve sobre o lugar desse rio na história de Sabará, expressando a razão da escolha por esse rio urbano. Na sequência, apresentaremos, também de forma sintética, as grandes linhas teórico-conceituais e metodológicas que orientam o projeto no qual a entrevista narrativa de dona Lúcia se situa. Por fim, teceremos algumas considerações finais, apontando para as perspectivas que se afirmam e se abrem a partir das memórias narradas e interpretadas.

Sobre o rio Sabará e sua beira na história de Sabará

O Ribeirão Caeté-Sabará tem a sua nascente na Serra da Piedade, no município de Caeté/MG e sua foz localizada no Rio das Velhas, no município de Sabará/MG. Da sua confluência com o Ribeirão Gaia, até a foz, ele é chamado simplesmente de rio Sabará. A sua bacia hidrográfica liga-se à história da ocupação urbana e à conformação paisagística das duas cidades - Caeté e Sabará - antigas vilas mineradoras, surgidas nos séculos XVII-XVIII.

O povoamento da região de Sabará, no século XVII, se deu a partir da descoberta e exploração do ouro no leito dos rios, tendo a organização urbana desta vila mineradora colonial se estabelecido originalmente no entorno das suas margens. Nesse sentido, podemos dizer que Sabará é uma “cidade beira”, conceito que remete ao próprio significado da palavra beira: beira do rio, beirada, margem, podendo a palavra beira também ser associada a mar, estrada, caminho. Esta palavra beira quando associada a esses outros substantivos gera um conceito para dizer das “cidades beira” e que, no

nosso caso é uma cidade beira rio. “Nestas cidades, os cursos d'água têm papel de primeiros caminhos que favorecem a concentração de riqueza e de potência”. (BLACHE, 1954, p.51, apud. GANDARA, 2013).

Gercinair Silvério Gandara (2013) ao se apropriar do conceito “cidades beira” formula duas ideias elucidativas para o nosso projeto: A primeira diz da (...) “beira como elemento definidor na história de constituição dos inúmeros povoados à beira (...)”. Para a autora, essas beiras (rio, estradas, mar) tem uma função sempre ligada à possibilidade de contato e de circulação. A segunda ideia diz que “por meio da configuração das beiras se evidencia as partes de uma cidade, estabelecendo as diferenças e semelhanças responsáveis por sua identidade” (GANDARA, 2013, p.2). Sabará é uma “cidade beira” e, em suas beiras, teremos a presença assídua das lavadeiras nos tempos coloniais e até bem próximo dos meados do século XX, como de resto em todo o país.

Os rios das Velhas e Sabará foram centrais na dinâmica econômica e social da sociedade colonial mineira devido à exploração aurífera e continuaram a ser posteriormente, pois será Sabará a cidade escolhida para a implantação da Companhia Siderúrgica Mineira em 1917⁷, promovendo a circulação de riquezas nesse município e sua integração à economia nacional. A partir da década de 1970, com o processo de urbanização muito acelerado, devido principalmente à expansão das atividades de mineradoras, sem que houvesse um planejamento urbano de ocupação desse território e ainda, em um momento em que a legislação brasileira, com relação ao meio ambiente, não fazia exigências sobre o despejo de rejeitos nas calhas do rio, inicia-se o processo de degradação que veio se ampliando ao longo dos anos.

⁷ Em 21 de janeiro de 1917, final da Primeira Guerra Mundial, com a crescente demanda por produtos de ferro, projeta-se a Companhia Siderúrgica Mineira. A cidade de Sabará foi uma das escolhidas para instalação da siderúrgica devido à proximidade com a capital, acesso à produção de carvão e infraestrutura de transporte. Já na década de 20, a Cia enfrentava dificuldades financeiras devido às oscilações do mercado internacional e teve que se associar a um grupo de empresários belgos, fundando a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira.

Essa atividade industrial produzirá crescimento urbano, populacional e do seu espaço físico-geográfico, de forma desordenada e de forma a atender aos interesses de mobilidade dos transportes da companhia siderúrgica Belgo Mineira. Diante da ausência de políticas de urbanização e de ocupação do solo, assim como de proteção ambiental esse crescimento desordenado produzirá, de forma simultânea e crescente, o afastamento físico e simbólico de seus moradores dos rios das Velhas e Sabará. Este afastamento corresponde ao que Gercinair Silvério Gandara (2010) diz a respeito dos rios como um espaço social. Segundo a autora, muitas cidades que nascem voltadas para os rios acabam virando-lhes as costas: “isto resulta das próprias dinâmicas históricas das cidades no cruzamento dos caminhos fluviais e terrestres; assim, as cidades-rios são chaves para a leitura do mundo e do ambiente”, compreensão essa igualmente assumida por Assad (2013), e Carneiro (2019), o que corresponde à realidade do rio Sabará, Minas Gerais.

Segundo informações do Atlas Esgotos, lançado pela Agência Nacional da Água (ANA), em 2017, o município de Sabará contava com 87,6% de esgotos coletados e 0% de tratamento. Em 2019, a prefeitura assinou um acordo para que a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) assumisse os serviços de esgotamento sanitário da cidade. O acordo previa o investimento de R\$130 milhões no saneamento básico, incluindo o tratamento de todo o esgoto coletado até o final de 2020.

Contudo, até maio de 2022 as obras não foram concluídas. O tratamento do esgoto residencial é a maior preocupação no município, pois ele representa 94% do total. A categoria comercial, conta com participação de cerca de 4,5%. E as categorias pública e industrial representam juntas pouco menos de 2% do total, segundo dados do relatório de fiscalização econômica GFE N° 023/2021, da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais.

Dessa forma, o esgoto das mais de 137 mil pessoas residentes no município segue sendo lançado sem tratamento nos mananciais. Além deste, o acúmulo de lixos e de outros despejos no curso d'água são visíveis mesmo ao observador comum. Portanto,

o rio Sabará foi eleito como foco de nosso projeto por ser um rio urbano que recebe todo esgoto sem tratamento, naturalizando o despejo de lixo pelos moradores, fatores que expressam o afastamento físico, social, cultural e afetivo dos mesmos em relação às suas águas.

Esse afastamento em relação ao rio levou-nos a formular a hipótese de que o rio perdeu a capacidade de simbolizar a história do lugar e das pessoas que ali vivem que não o veem como um bem natural e cultural a ser protegido pela coletividade.

Ao mesmo tempo, foi feita uma aposta que ações patrimoniais e educativas poderiam levar a outro entendimento das possibilidades de recuperação física e simbólica do rio, o que motiva a busca de pessoas que guardam memórias do Rio Sabará como elemento vital de suas vidas.

Algumas balizas teóricas-conceituais e metodológicas do projeto

Apresentar as balizas ou premissas teóricas que orientam o projeto de pesquisa em tela significa dizer, em primeiro lugar, que essas vão se ampliando e se redefinindo ao longo do tempo na busca de respostas às novas indagações que vão surgindo, conforme avançamos na aproximação e na leitura atenta do contexto histórico-social estudado e, também, na escuta sensível das questões postas pelos sujeitos que dela participam. Como parte desse processo de ampliação e redefinição assinala-se, também, a apropriação produção acadêmica-científica e de debates nos campos teóricos-conceituais com o qual lidamos: patrimônio/bens culturais, memória e identidade, os quais tem seus pontos de inflexão e de tensão a serem considerados em diálogo com a pesquisa. Tarefa desafiadora e que demandaria mais espaço e vagar para sua discussão.

Assinala-se aqui que, desde o nascedouro do projeto, a equipe de pesquisa esteve afinada com a concepção de patrimônio expressa na constituição de 1998, que introduziu dois elementos novos, quando comparada à concepção presente na constituição de 1937. O primeiro elemento diz respeito ao **que** se elege como bem cultural e o segundo ao **quem** o elege, deixando se antever, claramente, que não se trata

meramente da substituição de um aparato conceitual por outro. Encontram-se em jogo disputas de posicionamentos e visões político-ideológicas no campo do patrimônio, assim como nos campos da memória e das identidades que são imbricados no primeiro. Assume-se, portanto, que a própria dinâmica histórica-social impõe transformações de conceitos e que essas se operam, em geral, em situações de disputas de poder político, em maior ou menor intensidade. Exemplo sempre importante de lembrar foi o trabalho institucional realizado por Mário de Andrade no campo da política de preservação do patrimônio ao elaborar, em 1936, o anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), a pedido do Ministério da Educação. Embora tal projeto tenha servido de base para elaboração do decreto-lei por meio do qual foi criado o Sphan em 1937, as ideias inovadoras contidas nele contidas que alargavam a concepção de patrimônio, introduzindo a noção de patrimônio/bem intangível (lendas, músicas, danças, provérbios e outros) e rompia com ideia do patrimônio cultural limitada a monumentos, essas transformações conceituais só seriam descartadas da legislação brasileira meio século mais tarde, ou seja, na Constituição de 1988 (FRIGELLI, 2020)⁸. A persistência dessa visão vigente e vitoriosa à época pode ser vista no DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937, que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. O que se disputa são os bens que serão dignos da operação de tombamento pelo Estado, ou seja, quais seriam os bens culturais que, uma vez sendo portadores de valor excepcionalidade e monumentalidade, seriam mais adequados para garantir a materialidade e visualidade da nação para seus cidadãos⁹.

Na Constituição de 1988, ganha relevo a ampliação do que se entende como patrimônio, incluindo de maneira explícita, no artigo 216, o que se denominou de patrimônio imaterial, constatando-se, a partir de então, o desencadear de um rico movimento Brasil afora de inventários dos bens culturais, tomando como referência o

⁸ DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, detalha o entendimento que se tem no momento em torno do que se considera como patrimônio.
http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf

documento do IPHAN de 2009, denominado de O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)¹⁰.

As ideias de Ulpiano Meneses (2012) contidas no seu texto *O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas* é elucidador quanto as armadilhas para quais deveremos estar atentos sobretudo no que se refere às dicotomias entre material e material, material e intangível, uma vez que o patrimônio cultural tem sempre vetores materialidade e de imaterialidade. O que, no entanto, chama especial atenção neste texto é modo instigante e sensível com que o autor expõe o que está em jogo a partir de então, a saber: o deslocamento sobretudo quem poderá instituir o que é patrimônio ou um bem cultural, de modo a evidenciar o valor de fruição do usuário do patrimônio. Essas e outras ideias contidas no referido deu força e melhor forma às premissas iniciais contidas no projeto, como a que concebia o campo do patrimônio como um campo do sensível, das sensibilidade, ou seja, um campo que envolve memórias, imaginação, intuição, fruição estética, destacando, como fez PESAVENTO (2005), que a esfera do sensível inaugura formas outras de conceber, sentir e agir no mundo e, portanto, as memórias das ex-lavadeiras podem expressar essas novas formas de conhecer um bem cultural e reconhecer-se por meio deles. Ganha em elucidação e potência a participação de ex-lavadeiras do rio Sabará como detentoras de memórias prenes de emoções de prazer e dor, e de saberes sensíveis sobre o rio e sobre o saber-fazer de seu ofício. Nesse sentido reforça-se, ainda mais, a ideia sobre a importância próprios grupos que

¹⁰ O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) é uma metodologia de pesquisa desenvolvida pelo Iphan para produzir conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores e que, portanto, constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo social. Contempla, além das categorias estabelecidas no Registro, edificações associadas a certos usos, a significações históricas e a imagens urbanas, independentemente de sua qualidade arquitetônica ou artística. A delimitação da área do Inventário ocorre em função das referências culturais presentes num determinado território. Essas áreas podem ser reconhecidas em diferentes escalas, ou seja, podem corresponder a uma vila, a um bairro, a uma zona ou mancha urbana, a uma região geográfica culturalmente diferenciada ou a um conjunto de segmentos territoriais. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/685/#:~:text=O%20Invent%C3%A1rio%20Nacional%20de%20Refer%C3%A2ncias,identidade%20para%2>

usufruem de um bem terem voz nos processos de identificação nos seus processos de identificação. Além disso, e não menos importante, ao envolver grupos de ex-lavadeiras, como é o caso do presente projeto de pesquisa, cria-se a oportunidade valorizar referências culturais, lugares de memória, modos de fazer e saberes de grupos que tiveram e ainda tem, na visão da historiografia oficial, lugar de subalternizados. Nesse movimento de tornar visíveis e públicas as memórias das ex-lavadeiras, não só poderemos descolonizar nossa maneira de atribuição de valor às memórias, como também oferecer contribuições para equipar intelectual e sensivelmente a elas próprias e a outros grupos subalternizados a comparecerem à cena pública para disputar, confrontar sentidos atribuídos ao rio.

Por fim, salienta-se que a proteção e salvaguarda da natureza como patrimônio cultural no Brasil é recente, datando dos anos 1970. Como assinalou Danilo Celso (2017): “as políticas públicas de seleção do patrimônio cultural brasileiro optaram pela salvaguarda de determinados bens em detrimento de outros, e nesse campo de disputas, a natureza se apresentou historicamente como uma das categorias menos privilegiadas” (p.120). A partir da análise bibliográfica da análise dos processos de tombamento, Danilo Celso Pereira (2017) assinala também que continua a haver a predominância do aspecto estético na seleção do que deve ou não ser objeto de tombamento, não havendo, portanto, o deslocamento de visão de monumento natural para patrimônio natural. Na discussão que desenvolve a respeito das possibilidades outras visões que promovam tal deslocamento lança mão de ideias desenvolvidas por Scifoni (2006), que guarda relação direta com a perspectiva teórico –conceitual desenvolvida em nossa pesquisa. Salienta a autora que a memória social dos sujeitos faz parte do entendimento do que possa ser considerada como patrimônio natural, na medida em que tais memórias são reveladoras da ação cultural sobre natureza pela qual a vida humana se produz e reproduz.

Nesse sentido, conhecer as memórias sociais das ex-lavadeiras a respeito do rio poderá também vir ao encontro da construção de um novo olhar sobre o rio, de modo

a estimular outros grupos, que também guardam do rio memórias de seu passado, a se engajarem nas lutas em prol de políticas e ações coletivas pela sua preservação.

Narrativas de experiências vividas

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa tem um caráter qualitativo, conjugando depoimentos orais, a pesquisa bibliográfica e em menor medida, a pesquisa documental. Foram realizadas dezesseis (16) entrevistas, por dupla de pesquisadores da equipe, na residência das entrevistadas, conforme o plano teórico-conceitual e metodológico estabelecido pelo grupo de pesquisadores. As entrevistas foram realizadas no interior ou no quintal das casas das entrevistadas. Sempre e, em forma de revezamento, um dos pesquisadores (a) exercia o papel principal na condução da entrevista, propondo às entrevistadas a questão gerativa¹¹ e, posteriormente, já no segundo momento da pesquisa formulava questões que porventura não tivessem sido contempladas ou pouco exploradas, sendo de interesse direto da pesquisa. O/a segundo/a da dupla cuidava de garantir o silêncio do local, o perfeito funcionamento dos aspectos técnicos do suporte de gravação, estando também atento/a, sobretudo ao segundo momento da entrevista, quando foram formuladas algumas questões a partir de interesses mais pontuais da pesquisa. Os registros das entrevistas foram feitos por meio de gravadores e foram transcritos, seguindo codificação previamente estabelecida pelo grupo de pesquisa, em conformidade com a literatura a respeito da transcrição de documentação oral, obtido por meio de entrevistas. Na sequência, o material documental foi submetido à revisão dos pares sendo, portanto, realizada a primeira leitura exploratória do documento que foi objeto de seminário interno do grupo.

¹¹ Dona Lúcia, conte para nós a respeito da presença rio na sua história de vida, começando por sua chegada nessa comunidade, os detalhes sobre os acontecimentos marcantes relacionados ao rio, sobre as brincadeiras, o trabalho de lavar roupa, por fim, comentando sobre as transformações que você viu ocorrendo no rio ao longo desse tempo.

Como já foi dito, está em foco, no presente artigo, a entrevista que nos foi concedida por Dona Lúcia. Nascida em Sabará, em 23 de novembro de 1928, sendo que no dia 05 de novembro de 2019, data em que a entrevistamos, estava prestes a completar 91 anos de idade. A entrevista teve a duração de uma 1 hora e 22 minutos. Sigamos Dona Lúcia a partir dos núcleos de significação, construídos como propõem Aguiar e Ozella, 2013:

Nesse processo de organização dos núcleos de significação – que tem como critério a articulação de conteúdos semelhantes, complementares e/ou contraditórios –, é possível verificar as transformações e contradições que ocorrem no processo de construção dos sentidos e dos significados, o que possibilitará uma análise mais consistente que nos permita ir além do aparente e considerar tanto as condições subjetivas quanto as contextuais e históricas. (AGUIAR; OZELLA, 2013, p.310)

Importante ressaltar que, além da leitura flutuante do material¹², para a anotação de temas e indicadores, lançamos mão de um “excedente de visão”, do qual nos valem tanto para inserir as memórias narradas de Dona Lúcia no contexto de sua produção, como para dialogar, em posicionamento de alteridade e empatia, com a narradora, ao mesmo tempo em que foram trazidas outras vozes (estudos e pesquisas), que amplificam o poder do que é dito, do que é silenciado, do que aparenta estar invisível aos olhos de quem narra.

O excedente de visão seria, portanto, aquilo que somente alguém, do próprio ponto de vista é capaz de ver, e que é negado ao outro, que ocupa outro lugar na existência, e que é cego quanto a isso que uma pessoa, do lugar onde está, vê. Desse modo, pode-se acrescentar ainda que «Você pode ver coisas às minhas costas, como uma pintura ou nuvens que passam, mas estão ocultas à minha visão, enquanto eu posso ver coisas das quais você, de sua localização, não tem visão [...]» (Clark & Holquist, 2008, p. 95, apud Dias e Bressan, s/p).

Nesta relação marcada pela alteridade e dialogismo, Dona Lúcia levou-nos a ver o que não estava visível para a equipe de pesquisadores (as), instigando e, diríamos

¹² Trata-se da etapa da pesquisa em que os documentos passam por uma leitura geral e exaustiva, a fim de que os pesquisadores tomem conhecimento de seu conteúdo para, a partir dele, elaborar as hipóteses e objetivos que conduzirão a pesquisa. (BARDIN, 2011)

mesmo, exigindo que fossem realizadas reflexões, novas buscas de leituras sobre temas e relações não previstos no escopo inicial da pesquisa.

Núcleos de significação: escutemos Dona Lúcia

Imagem 1 – Dona Lúcia



Fonte: AUTORES, 2022

Dona Lúcia: a rua, a casa e a família

Aaaai, ai... Deixa eu ver... Oh, eu nasci aqui, na Pereira Vieira, nessa mesma casa que eu resido hoje, e... tenho muitas histórias. Aqui, é... Sou de uma família: Pereira Vieira (Dona Lúcia, 2019).

Fortes sentimentos de identidade e pertencimento evidenciam-se já nas primeiras palavras da nossa entrevistada. Dentre as diversas escolhas possíveis para falar sobre si, suas experiências e trajetórias, ela começa a se revelar a partir do lugar. Sua primeira referência é a rua, nomeada com o sobrenome da família, e a casa onde nasceu, cresceu e ainda vive. Lugar onde as relações de sociabilidade, lazer e trabalho vivenciadas produziram importantes memórias. Palco das histórias que ela tem a nos contar, muitas delas compartilhadas com a família - segundo pilar sobre o qual a identidade de Dona Lúcia se define: “sou de uma família, a Pereira Vieira”.

Os laços psicológicos e existenciais que nos unem aos lugares onde vivemos são tão profundos e relevantes quanto os relacionamentos que construímos com as pessoas

ao longo da vida (RELPH, 1976). O lugar onde conhecemos e somos conhecidos, onde tivemos nossas experiências mais significativas, enraíza-se em nós e torna-se nosso lar, produzindo marcas profundamente significativas. Nesse processo, os lugares que habitamos começam a habitar em nós, e o permitimos pelo significado que lhes atribuímos. De palco das realizações das nossas atividades cotidianas a lugares de memória que passam a fazer parte das identidades, individual e coletiva.

Entre as memórias que formam este espaço e tempo identitários na vida de Dona Lúcia, percebemos que a casa, a rua e a família são elementos indissociáveis, que unidos cooperam para fazer destes um lugar de pertencimento. Suas narrativas, além de apresentar experiências pessoais, nos permitem compreender o espaço e as relações estabelecidas na comunidade onde ela está inserida. Nas suas falas há, portanto, muitas vozes, pois a memória individual é também uma memória social e coletiva (HALBWACHS, 1990).

A ocupação da rua, onde Dona Lúcia e muitos outros parentes moram, começou com a chegada de seu avô, José Pereira Vieira. Falaremos adiante sobre a importância dessa família para a história de Sabará e, por ora, concentramos nossa atenção nos significados que as memórias vividas nessa rua evocam para nossa entrevistada.

nós fomo criado todo mundo nessa rua (...) Daí, uns foi casando, né? Foi saindo... mas mesmo assim ainda encontra alguns aqui nessa rua. E minha família é muito unida, nós reunimos sempre. Ela é bem grande, era uma das maiores aqui (de Sabará). (...) No... ô nós que pintava, minha filha. Nós subia essas rua e não tinha hora, aquele campo ali, de noite nós brincava de barra-bandeira ali! (...) Nós curria de barra-bandeira, jogava com a turma da rua da Usina, que meus tio morava lá(...) essa rua é muito importante para nós, muito importante. É nossas raízes! (...) Esse pedaço tem muitas histórias (Dona Lúcia, 2019).

As lembranças das brincadeiras, os momentos com a família, os afetos, marcaram as histórias vividas na rua Pereira Vieira. Maurice Halbwachs (1990), ao analisar os aspectos que nos ligam ao ambiente e aos objetos que nos cercam, afasta a ideia de comodidade ou estética e alega que “nosso entorno material leva ao mesmo tempo nossa marca e a dos outros. Nossa casa, nossos móveis e a maneira segundo a qual estão dispostos, o arranjo dos cômodos onde vivemos, lembram-nos nossa família e os

amigos que víamos geralmente nesse quadro” (HALBWACHS 1990, p.131). O autor segue discorrendo que, ainda que os objetos inanimados não integrem a sociedade, eles são representativos de gostos, costumes e hábitos.

Ao observar tais aspectos na vida de Dona Lúcia percebemos, claramente, que sua ligação a tais símbolos de pertencimento é dirigida, de forma mais direta, à rua do que propriamente à casa. Como trataremos adiante, a casa onde vive precisou ser por várias vezes reconstruída, e os tão valiosos objetos de memória que ali havia, se perderam. Mas, o lugar onde a casa foi reerguida é o mesmo. E, talvez também por essa constância, o apego de nossa entrevistada volta-se de forma tão intensa à rua que, carregando o nome da família, torna-se ainda mais simbólica.

A rua Pereira Vieira é a constante na história de vida de Dona Lúcia. E segue inabalável como presença, como lembrança e como representatividade de permanência e resistência. Não é só o nome, esse pequeno pedaço de Sabará, tem “a cara” dessa família.

(...) o lugar recebeu a marca do grupo, e vice-versa. Então todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais, e o lugar ocupado por ele é somente a reunião de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível, apenas para os membros do grupo (HALBWACHS, 1990, p.133).

No território de memória de Dona Lúcia, destaca-se também a presença do seu quintal. É o local onde ela frequentemente nos recebe, onde exhibe com orgulho as frutas, verduras e ervas cultivadas por ela e sua filha, Vanda. Onde o banco, instalado debaixo da árvore frondosa, convida às longas conversas de fim de tarde, às partilhas. Trata-se de um local de sociabilidades preparado para as festas e reuniões da anfitriã, cuja família apresentaremos melhor a seguir.

A família Pereira Vieira

Meu avô era José Pereira Vieira. E... ele veio pra aqui, chegou aqui em Sabará numa... teve uma revolução, num sei aonde, mas ele veio e ficou escondido aqui, conheceu a minha avó, casou. Aqui. Nessa rua. Ele casando aqui, teve muitos filhos, num sei se é 9 ou 10 filhos (Dona Lúcia, 2019).

As informações levantadas até o atual estágio da pesquisa dão conta de que a história da família Pereira Vieira em Sabará teve início antes da chegada de José Pereira Vieira à cidade¹³. Pesquisas desenvolvidas por Marlon Marcelo (2018, 2022) e pela memorialista Maria Lourdes Guerra Machado (1999) apontam importantes elementos sobre a vida do avô de Dona Lúcia e seu estabelecimento na região. Segundo Marcelo, “José era filho de Manuel da Assunção Vieira, capitão da embarcação “Brigue Elisa”, que realizava viagens pelo Rio das Velhas na segunda metade do século XIX” (MARCELO, 2022, p.52). Ainda segundo o autor, durante a juventude, José Pereira trabalhou com o pai na embarcação, mas com a diminuição das viagens ao longo do Velhas, ele mudou-se para o centro de Sabará, onde passou a exercer a profissão de alfaiate.

Os Pereira Vieira tornaram-se uma família grande e bastante popular na cidade. Guerra Machado (1999) cita que havia entre eles um dom coletivo de “recepcionar e acolher seus conhecidos”. Estavam sempre envolvidos nas atividades culturais sabarenses. Eles eram os responsáveis pela organização dos batuques que aconteciam no morro da Intendência. Essa manifestação cultural/recreativa, em alguns casos religiosa, remete aos ancestrais africanos e foi uma importante forma de convivência, lazer e sociabilidade da população negra egressa da escravidão em Sabará.

Na organização dos batuques estavam a avó de dona Lúcia, Maria Joana, conhecida como Jojana e suas irmãs Laura, apelidada de Sá Indá, e Madalena, conhecida como Nanena. Essa última é quem coordenava, não só o evento, mas, a dinâmica familiar, onde as figuras femininas sempre tiveram papel de destaque.

Nós ia tudo pro Morro da Cruz na Semana Santa, nós ficava lá oito dias em barraca, de pau, de cobertura, que emendava. Minha (tia) vó levava todo mundo. (Ela) mandava em todo mundo! (...) A Nanena, a irmã da minha avó, é que mandava em nós todos. O que ela falava tinha de ser feito. (...) porque ela dirigia a gente. Ela que mandava na gente, a gente não podia fazer nada! (risos) (Dona Lúcia, 2019).

¹³ Ainda não encontramos elementos que esclareçam o que Dona Lúcia descreve como a “revolução” que culminou na chegada de seu avô. Pesquisas complementares seguem sendo desenvolvidas.

Certamente, as mulheres da família Pereira Vieira enfrentaram as duras e sofridas relações patriarcais, assimétricas e excludentes que permeavam a sociedade em que viveram. Contudo temos, como vimos, evidências que apontam que no seio dessa família havia um singular respeito ao papel da mulher, incluindo suas opiniões no cotidiano das relações domésticas, no trabalho e nas atividades festivas, âmbitos que conquistaram e exerceram suas capacidades de liderança. Através dos relatos é possível observar um claro papel matriarcal exercido por dona Madalena, tia avó de Dona Lúcia, por sua mãe, Felisbina e, atualmente, por ela desempenhado.

Na esteira de Hita (2014), compreendemos ser esta uma família matriarcal não pela ausência de homens, mas, pelo fato de as relações de parentesco centralizarem-se em torno de uma figura feminina, uma “mãe-avó” que é vista pelos demais como a chefe da família. “Aquela que exerce poder sobre a casa e sua parentela e que é importante foco-difusor a partir do qual se multiplicam relações entre todos os demais membros da rede, extrapolando, por vezes, os limites físicos desta casa” (HITA 2014, p.20).

Além da atuação de destaque dessas mulheres fortes, a família mantinha boas relações com a elite local na cidade, através de José Pereira. Contribuíram para isso sua profissão de alfaiate, sua condição de eleitor, e os laços de compadrio estabelecidos com pessoas importantes, relação muito respeitada e reconhecida na época (MARCELO, 2022).

Sabemos ainda que José Pereira tornou-se um dos membros fundadores do Clube Mundo Velho, criado em 1894, na cidade. A criação do clube foi uma forma de resistência aos limites impostos ao batuque pelo regime republicano e de onde surgiu um dos mais tradicionais blocos de carnavais da cidade (MARCELO, 2022). O Mundo Velho tem uma grande importância para a história de Sabará. Para a população negra, o clube representou a conquista de um ambiente de acolhimento, solidariedade, liberdade, de expressão da cultura ancestral, de reunião com os pares e de organização para luta por direitos. O local tornou-se uma extensão da casa de seus membros, tamanha a afetividade e as sociabilidades ali desenvolvidas. São muitas as recordações de Dona

Lúcia sobre as vivências no clube e a participação na produção dos bailes e carnavais. Sua atuação acontecia sempre nos bastidores:

Eu que fazia as fantasias do clube. Um bloco na rua era Tânia. Meus tio tudo - nós que fundamos aquilo ali, meus tios eram presidentes lá. Eu ia para o Mundo Velho, minha fia, minha mãe me levava, fazia esteiras com essas bananeira que tá aqui, fazia aquelas esteira... E punha lá pra nós dormir. E minha mãe que cuidava do Mundo Velho, a mãe da Nilza, Pedro Lúcio, Olímpio Mateus, e... a gente que tomava conta de lá. Muitos anos eu que punha o bloco na rua, eu que fazia a fantasia (Dona Lúcia, 2019).

Mesmo não gostando de participar dos desfiles, sua dedicação ao carnaval era notável. Na época da festa sua casa transformava-se em um barracão para a confecção de alegorias e estandartes. “A primeira pluma que teve aqui em Sabará foi eu que trouxe de São Paulo”, ela nos diz orgulhosa, “A primeira!(...) Foi um ano com uma edição muito bonita, muito... O Mundo Velho era bonito” (Dona Lúcia, 2019).

A beleza do Mundo Velho, tão evidente aos olhos de Dona Lúcia, era exibida a todos durante os desfiles carnavalescos. Representada de forma especial pelas mulheres negras que, invisibilizadas em seus cotidianos como donas de casa, lavadeiras, vendedoras de quitandas por elas produzidas, ocupavam papéis de destaque nos desfiles, sambando e se divertindo. Exibindo em seus corpos também o talento daquelas que, como nossa entrevistada, dedicavam-se nos bastidores para que os bordados, os brilhos e as plumas estivessem perfeitos. Artistas que se desdobravam com poucos recursos e muita criatividade para que o bloco fizesse bonito pelas ruas da cidade. Ao som dos batuques, teias de solidariedade, afeto e pertencimento iam sendo tecidas. Aspectos que nos permitem compreender a afirmação de dona Lúcia: “O Mundo Velho para nós era tudo!”

Essa família de origem festiva e alegre mantém suas animadas reuniões, que geralmente acontecem no quintal de Dona Lúcia, cuidadosamente pensado para esse fim. Contudo, atualmente, as comemorações precisam driblar algumas datas comemorativas, como é o caso dos aniversários, para se adequarem às convenções religiosas de alguns membros da família, como é o caso de nossa entrevistada.

A conversão de dona Lúcia às “Testemunhas de Jeová” a fez abandonar algumas práticas culturais como o carnaval e o tempo dedicado ao que descreve como “coisas desse mundo”. Mas, se pela doutrina religiosa ela não deve comemorar o dia do seu nascimento, Dona Lúcia resolve a questão escolhendo uma data próxima em que oferece uma grande festa aos amigos e familiares em comemoração à sua vida.

É interessante observar também que sua conversão a uma religião cuja crença gira em torno da expectativa do surgimento de novos céus e uma nova terra incorruptíveis, imaculados, perfeitos, não afetou o comportamento ecocidadão de Dona Lúcia, que segue plantando flores às margens do rio, hoje completamente poluído, que corre em frente sua casa.

Ao que tudo indica, o passado que resiste em suas lembranças, as marcas da sociabilidade, do labor, o sentimento de pertencimento e a apropriação do espaço vivido, são potências que ao resistirem a impulsiona aos cuidados com este rio com quem ela estabeleceu uma forte relação marcada, sobretudo pelo trabalho e o prazer.

Dona Lúcia: o trabalho cotidiano

Minha vida toda foi trabalhando muito, muito, muito... Mas foi muito boa (Dona Lúcia, 2019).

É difícil determinar quando a rotina de trabalho teve início na vida de nossa entrevistada. Seus relatos demonstram que, ainda criança, ela já assumia responsabilidades que contribuíam com o sustento doméstico, além de buscar atender às próprias necessidades materiais.

Nós buscava lenha pra vender, as vezes dava 4 horas da manhã e nós tava lá no fim daquela Adelmolândia, lá no fundo, ali era uma mata fechada. Nós buscava lenha pra vender aqui. Ia pro Kaquende afora e vendia, a 7 mil réis o feixe (...). E nós andava arrumadinha, menina! Procê vê. Queria uma sandália? Vão batalhar! (Dona Lúcia).

Nessa batalha pelo sustento familiar, era preciso atuar em diversas frentes. Dona Lúcia, embora silencie em seu relato o trabalho desempenhado pelo pai¹⁴, detalha as diversas atividades exercidas por sua mãe, Felisbina, com quem sempre colaborava. Cabia aos filhos a tarefa de ir ao matadouro da cidade em busca de bucho bovino, tripa e mocotó – itens que eram doados à época, por serem descartados pelos frigoríficos. Os ingredientes eram utilizados por sua mãe para o preparo de dobradinha, linguiça e geleia para serem vendidos. Além disso, elas também ofereciam serviços de costura e bordado.

A história de vida de Dona Lúcia, e pelo que nos relata a respeito de sua mãe e tias, revela estratégias de sobrevivência que vêm na esteira das mulheres negras escravas de ganho ou ganhadeiras no Brasil colonial. Mulheres que, por sua participação ativa na busca por liberdade, tornaram-se símbolos de emancipação, força e resistência contra o sistema escravocrata e os padrões opressões impostos sobre as mulheres na vida cidadina. Maria Odila da Silva Dias (1985) analisou como as negras de tabuleiro e de ganho evocavam movimentos de resistência. Segundo a autora, a maioria dessas mulheres, por conseguirem alforriar-se tornaram-se símbolos da luta pelo trabalho livre. Mulheres que chamavam atenção, e sem dúvida incomodavam, pela liberdade com que circulavam pelas cidades.

O mesmo ocorria com as lavadeiras - Leda Maria Fonseca Bazzo (2016) chama a atenção para a presença das trabalhadoras lavadeiras no cotidiano urbano, fazendo parte da paisagem das ruas ao circularem por elas com suas trouxas de roupa. Mulheres que, por fugirem aos padrões impostos eram taxadas como desordeiras, turbulentas e de má fama, mas ao mesmo tempo necessárias à manutenção das distinções das elites, pelo modo de vestir, no antes e no pós-abolição.

Embora a situação retratada se refira a sujeitos historicamente situados, a desvalorização cultural do trabalho feminino é um problema de raízes profundas que

¹⁴ Durante a entrevista, Dona Lúcia falou pouco sobre o pai e nos faltaram elementos para compreender seu papel na dinâmica familiar e nas relações de trabalho. A questão será aprofundada posteriormente.

ainda reverbera sobre as mulheres das novas gerações. A sociedade capitalista e colonialista, segue desqualificando, de forma simbólica e material, o trabalho das mulheres, sobretudo das mulheres negras, ao considerar como inerente à natureza feminina as qualidades que as capacitam para desempenhá-las. Ignora-se todo o “treinamento informal recebido pelas mulheres desde o nascimento para desenvolver tais qualidades e habilidades” o que contribui para que o trabalho feminino continue sendo explorado sem a devida remuneração (Diogo e Coutinho, 2006, p.133).

Além das atividades laborais supracitadas, destacavam-se as que eram relacionadas às águas do rio Sabará, por serem as mais lucrativas. Ao ser questionada sobre a principal fonte de renda da família, dona Lúcia responde de forma clara: (vinha) “do rio. Assim: roupa e ouro.”

Na memória de dona Lúcia, sua mãe era a única mulher entre os familiares e conhecidos, que participava da atividade garimpeira no rio, memória que poderá ser confrontada com os testemunhos de outras ex-lavadeiras do rio Sabará, por nós entrevistadas no âmbito da pesquisa. Conta Dona Lúcia que o processo de garimpo utilizado com a mãe era realizado utilizando técnicas ancestrais, contava com o auxílio de uma banca de madeira, sacos de linhagem e um cobertor, criando uma espécie de filtro onde o ouro em pó prendia-se ao tecido.

Mesmo que entre os conhecidos, dona Felisbina fosse uma exceção na mineração aurífera, é provável que suas ancestrais desempenhassem a função de forma frequente, como o fizeram muitas mulheres negras escravizadas e forras em Sabará. Segundo Eduardo França Paiva (2002, p.187), a presença das mulheres na mineração dos rios no estado, não era apenas bem-vinda, mas desejada por ser considerada um fator de sorte. Fato que teve início com uma antiga crença cultivada pelos mineradores durante os

séculos XVIII e XIX, de que “todo minerador deveria ter uma negra Mina¹⁵ como concubina para que tivesse sucesso em suas atividades de extração mineral.¹⁶

O êxito na mineração a partir da presença de uma mulher trazida como escravizada da Costa da Mina, obviamente, não se deve à sorte que a acompanhava, mas à exploração das técnicas ancestrais e do profundo conhecimento de seu povo sobre a mineração que ela trazia. Tal fato contribuiu para tornar os negros e negras Mina, uma mão de obra disputada em Minas Gerais. Entre as técnicas que os africanos empregavam estava o uso das bateias de madeira e as chamadas Canoas. Júnia Ferreira Furtado explica como era o processo, à luz da descrição do Barão Eschwege¹⁷:

(As Canoas) eram dutos de água inclinados cavados “às margens dos rios e ribeirões, cujas águas podem ser desviadas, formando-se uma fossa retangular”, sendo o fundo “ligeiramente inclinado no sentido da corrente”, onde era estendido “um couro peludo de boi, ou uma flanela, cuja função é reter o ouro, que se apura depois em bateias” (FURTADO, 2020, p. 13).

A técnica que dona Lúcia descreve como utilizada por sua mãe parece tratar-se de uma derivação de tais Canoas, utilizando o que ela chama de banca de madeira.

É uma banca de madeira assim, aí a gente pega cobertor, põe, põe bastante saco linhagem (...) Aí vai pondo, fazendo aquelas camada, camada, camada... Aí, a gente pega o cascalho, entrava no rio aqui, furava um buraco assim, nas beirada, né? E, quando era canal, era furar e jogar água, o tapete era assim, puxava com a enxada, ia jogando pra cima e a água ia levando (o cascalho) quando era de noite, minha mãe lavava o pano para tirar o ouro (Dona Lúcia, 2019).

O dinheiro recebido com a venda do ouro, além de contribuir para o sustento doméstico, oportunizou, por vezes, a compra de alguns objetos de desejo, como Dona Lúcia nos diz: “a gente viveu muito tempo, com dinheiro, minha filha, comprei sapato

¹⁵ Minas ou Negros Mina, eram pessoas pertencentes à uma etnia que vivia na Costa da Mina, África. Uma região no golfo da Guiné que atualmente corresponde ao território ocupado por Gana, Togo, Benim e Nigéria.

¹⁶ Paiva (2002, p.187), exemplifica tal crença com uma declaração de 1726, do governador da Capitania do Rio de Janeiro, Luís Vaía Monteiro: “E pella mesma cauza não há mineyro que poça viver sem nem hua Negra Mina, dizendo que só com ellas tem fortuna”.

¹⁷ O Barão Wilhelm Ludwig von Eschwege, mineralogista prussiano, esteve no Brasil entre 1810 e 1821 e em 1833 escreveu uma obra relatando suas observações sobre a mineração no país.

Conga” (Dona Lúcia). Não sem razão especial Dona Lúcia destaca “comprei sapato Conga”. Ela, com certeza, na sua vida familiar aprendeu que o sapato era um objeto distintivo, no caso do escravo liberto (SOARES E VELOSO, 2020).

A segunda fonte significativa de renda, relacionada também ao rio, estava no ofício de lavadeira. A atividade rotineira de lavar roupas não era uma experiência comum à que ocorre atualmente na maior parte dos lares urbanos. Não havia máquinas, sabão e alvejante químicos eram artigos de luxo, e até mesmo a água que chegava pelas torneiras possuía baixa qualidade. Segundo o relato das entrevistadas do projeto, a água encanada apresentava um tom barrento que inviabilizava o clareamento das roupas. A realização do trabalho necessitava, portanto, da expertise daquelas que dominavam as técnicas ancestrais de lavar roupas no rio. Mestras dessa artesanaria, as lavadeiras desenvolviam um trabalho importantíssimo para a sociedade sabarense, que nem por isso as valorizava ou remunerava de forma justa.

Dona Lúcia nos conta como era seu cotidiano do ofício lavar roupas prestado para uma clientela exigente, formada por pessoas de prestígio e de maior poder aquisitivo na cidade.

Nós lavava roupa para tudo quanto era médico daqui de Sabará. Dr. Valério, Dr. José, era tudo! E era assim: eles faziam aquelas trouxas com lençol, né? E a gente punha na cabeça (...) Nós lavava roupa e estendia no cascalho, dormia lá, ninguém roubava, e era roupa de médico, de linho. A gente lavava roupa muito pra médico. Então, estendia para quarar, não tinha água sanitária, era só com São Caetano que nós lavava (Dona Lúcia, 2019).

Não há como ignorar a dureza do ofício dessas mulheres. Subindo e descendo barrancos com pesadas trouxas de roupas sobre as cabeças, muitas vezes acompanhadas dos filhos pequenos de quem precisavam cuidar enquanto trabalhavam. Passavam horas em posições desconfortáveis esfregando e enxaguando roupas. Mulheres negras, que, embora livres, seguiam realizando tarefas mal pagas para homens brancos privilegiados. Herança do racismo estrutural que, lamentavelmente, ainda vive em nossa sociedade. Lembra-nos os versos entoados por Gilberto Gil na canção a “A mão da limpeza”:

O branco inventou que o negro quando não suja na entrada, vai sujar na saída, ê imagina só, vai sujar na saída, ê Imagina só, que mentira danada (...) Na verdade, a mão escrava, passava a vida limpando o que o branco sujava (...) mesmo depois de abolida a escravidão, negra é a mão de quem faz a limpeza, lavando a roupa encardida, esfregando o chão, negra é a mão, é a mão da pureza, negra é a vida consumida ao pé do fogão, negra é a mão nos preparando a mesa, limpando as manchas do mundo com água e sabão, negra é a mão de imaculada nobreza (...) (GIL, GILBERTO, 1984).

Todavia, não pensemos que as dificuldades enfrentadas imponham ao dia a dia de trabalho no rio um ambiente de lamúria ou lamento. Pelo contrário. Essas mulheres demonstram ser também especialistas na arte de ressignificar. Era cantando, rindo e brincando umas com as outras que as roupas eram lavadas e alvejadas, configurando um modo de resistir pelas astúcias anônimas das artes de fazer (CERTEAU, 1994).

É importante também observar a riqueza da artesanaria presente no modo de lavar roupas no rio, descrita por meio do processo que envolvia o uso dos elementos naturais para o desenvolvimento do ofício. Iniciada pela colheita do Melão de São Caetano, uma planta que cresce em uma espécie de trepadeira próxima aos rios, utilizada como substituto ao sabão e como alvejante. Seguida pela escolha da pedra onde a roupa seria esfregada, pela análise da necessidade de ferver ou quicar as roupas que precisavam de clareamento e pelo modo de remover as manchas de diferentes tecidos, essa quase liturgia presente no processo de lavar roupas, era prenhe de saber-fazer compartilhado que revela a face do trabalho como produtor de cultura. Entendimento esse que se apoia, dentre outros, em Freire quando relaciona o trabalho com a transformação do mundo e a criação da cultura humana “a cultura é todo o resultado da atividade humana, do esforço criador e recriador do homem, de seu trabalho por transformar e estabelecer relações de diálogo com os outros homens” (FREIRE, 1980, p. 38).

Dona Lúcia: o rio era tudo pra nós

Era como se o rio houvesse nascido comigo. Tínhamos, parecia, a mesma idade e éramos amigos...amigos de verdade! E até o nosso correr havia, por assim dizer, a mesma felicidade (FONSECA, 2021, p.41).

A amizade com o Rio Sabará descrita nos versos acima pelo poeta local Silas Fonseca (2021) foi também experimentada por nossa entrevistada. Ao narrar as experiências vividas, Dona Lúcia revela como as águas que correm em paralelo à sua casa proporcionaram um ambiente que foi tanto de trabalho e provisão do sustento da família, quanto de lazer e fruição. Na labuta cotidiana como lavadeira, o cansaço era contornado pela alegria formada pelas experiências compartilhadas com as companheiras. O ato de lavar roupas no rio, e todo seu ritual, mobilizava significados e sentido próprios que são expressos na construção de aspectos identitários, de pertencimento e em saudosas lembranças.

Entretanto, as memórias em relação ao rio não são todas de prazer, essas são também de dor. Em nossa primeira conversa, Dona Lúcia relembrou o sofrimento vivido durante duas enchentes que atingiram sua casa e que trouxeram grandes prejuízos materiais e emocionais.

Então, nós perdemos tudo... e nós tínhamos muita galinha, tinha tudo, mas acabou. Quando foi agora essa última, que eu esqueci a data... Essa última enchente que teve, que veio forte aqui, é que levou nossa casa. Ficou só um pedaço do meu quarto, mas essa rua até na casa de Nilza não ficou uma em pé!" (Dona Lúcia, 2019)

As dores vividas nos episódios das duas enchentes se misturam “na paisagem incerta” da memória de Dona Lucia. De alguns detalhes ela se lembra com a vivacidade de um acontecimento recente, de outros, não se recorda. Para Candau (2011), os lapsos que de forma recorrente são apontados como falhas na restituição do passado podem ser bálsamos que acalmam a dor e uma “uma censura indispensável à estabilidade e à coerência da representação que um indivíduo ou os membros de um grupo fazem de si próprios” (CANDAU, 2011, p.127).

Portanto, esquecer é tão importante quanto lembrar. E ainda, a organização daquilo que recordamos não se dá de forma linear, contínua. As lembranças são fragmentos que aparecem muitas vezes dispersos, que não ocorrem de maneira organizada cronologicamente mas, ainda assim, evidenciam os sentimentos em relação

ao que passou. Como disse Ecléa Bossi (1979, p.3) “a memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento”.

Continuando o relato, Dona Lúcia nos conta que, após as enchentes, com a união da família e o apoio dos irmãos de fé, a casa foi aos poucos reconstruída e alguns dos bens materiais levados, substituídos. Outros, de caro valor afetivo, perderam-se para sempre, como os álbuns de fotografia da família e os objetos que rememoravam a história vivida com o próprio rio.

Tinha tudo aqui, a enchente levou tudo...Tinha retrato de meu pai, da minha mãe, de tudo! Aquele tempo do retrato eles gostava, né? Aqueles retratão assim, de parede... A enchente, minha filha! Levou tudo! Acabou tudo! (Dona Lúcia, 2019)

A narrativa de Dona Lúcia revela como as marcas do sofrimento provocadas pelas perdas e as dificuldades enfrentadas pela reconstrução ainda são latentes. Dói não ver mais os retratos na parede...e como dói! Dói não ter o álbum de retratos e outros objetos que enchente levou. Dói o tempo que leva a recuperação ou reconstituição das perdas. Experiências e recordações traumáticas no passado embora tenham sido objeto de lento processo de reconstituição material e emocional, ao serem evocadas no tempo presente parecem reabrir feridas já cicatrizadas, voltando a sangrar. As perdas de objetos de memória conduzem também à perda da memória, pois eles evocam pessoas, histórias vividas, acontecimentos testemunhados. Se vão para a parede de nossas casas, para os porta-retratos sobre armários ou para os álbuns de família é porque merecem ser lembrados, tornando presente espiritualmente o ausente fisicamente.

Na ocasião da entrevista, em novembro de 2019, perguntamos: “depois de tudo, vocês ficaram com medo de acontecer enchente de novo?” Dona Lúcia nos respondeu: “Ah... não, acho que não tem água pra isso, mas não, nunca mais teve. Nunca. Nunca mais teve enchente aqui.” Lamentavelmente, ao contrário do que ela acreditava, o problema com as enchentes não estava restrito ao passado. Nos períodos de chuva de 2020 e início de 2022 as águas do Rio Sabará tomaram as casas da rua Pereira Vieira

mais uma vez, trazendo novamente o desespero, o medo, e a tristeza pelas perdas materiais e afetivas.

Semelhante ao que ocorre na maior parte das cidades brasileiras que possuem cursos d'água em áreas urbanizadas, o rio Sabará não foi e ainda não é protegido e preservado ao longo do processo da expansão e ocupação urbana. Com o crescimento da cidade, o rio passou a receber um volume cada vez maior de efluentes in natura, além de ter tido matas ciliares destruídas para dar lugar a construções de imóveis e de estradas, conduzindo ao seu assoreamento. Além de "intensas" as chuvas de curta duração e de alta intensidade, há a ocupação irregular do solo que em decorrência da ausência de plano e de ação deliberadas dos poderes estaduais e municipais para evitá-las, mesmo diante da tímida reação da população local em relação à proteção do rio, o que ocorreu e continua a ocorrer é a redução no volume de água do rio, que também se tornam turvas e impedem a entrada de luz, impossibilitando a renovação do oxigênio que os peixes e outros organismos precisam para sobreviver.

Os moradores da rua Pereira Vieira, acreditam que, além do agravamento dos fatores supracitados, eles são atingidos de forma mais intensa durante as enchentes devido ao aterramento da margem direita do rio no trecho que percorre a rua, o que o aproximou a água das casas. A obra foi realizada para a construção da avenida Prefeito Vitor Fantini, antiga avenida Perimetral, na década de 1970 e provocou a perda da várzea que havia na região. A área que era conhecida pelos moradores como prainha, tratava-se de um terreno naturalmente inundável nas épocas de cheia, um importante mecanismo de contenção e drenagem que foi perdido.

Contudo, as incertezas em relação ao futuro e as memórias dolorosas das perdas causadas pelas enchentes não fizeram Dona Lúcia pensar, nem por um instante, em se afastar das margens do rio Sabará. As construções identitárias, afetivas, sociais e a memória de toda vivência sob a presença dessas águas, produziram um forte senso de continuidade que a mantém ligada a este lugar. E como ela nos diz, é do próprio rio que vem a força para permanecer.

Apesar de muitos prejuízos com as enchentes, mas o que nos deu força para suportar as enchentes foi o rio mesmo (risos). Foi o rio mesmo, que nos deu força para sustentar. E daqui é só para o cemitério (Dona Lúcia, 2019).

Dona Lúcia ao dizer que “Foi o rio mesmo que nos deu força para sustentar” nos convida a pensar não apenas na força motriz da água para gerar energia, dos seus componentes para manutenção da vida humana, como também num outro sentido não menos importante que é a da força advinda de suas representações simbólicas, ou seja, pelo conjunto de significados que o rio representa para sobrevivência familiar e como fonte de lazer e de formação de rede de sociabilidades. Para Escarlata (2006), como assinala Silvana Monteiro de Castro Carneiro (2019), “[...] a paisagem é um espaço de convívio. É o lugar de possibilidades e impossibilidades, encontros e desencontros. É neste espaço que nossa vida flui, do nascer ao morrer e na memória ficam as imagens” (ESCARLATA, 2006, p. 36). Por essas múltiplas razões apresentadas poderíamos dizer que para a comunidade familiar Pereira Vieira, assim como para outros que mantiveram ou ainda mantém fortes relações com rio, este é um patrimônio e se é um patrimônio, um bem natural e cultural da localidade, formas de preservação numa perspectiva do desenvolvimento sustentável deverão ser encontradas, com a participação ativa da comunidade local. E para esse intento, nossa pesquisa quer contribuir.

Considerações finais

A pesquisa do qual resulta o presente artigo se constitui em um gesto de transformar a memória oral em escrita. É um ato contra o esquecimento, contra a perda e o desaparecimento de memórias subalternizadas e invisibilizadas de mulheres, negras em grande maioria, ex-lavadeiras do rio Sabará com grande potencial transformador. Vimos o quanto a memória de Dona Lúcia é carregada de saberes, de experiências de fruição e também de dores e traumas causadas pelas enchentes. Tais memórias e pessoas esperam pelo reconhecimento do valor de seus saberes sobre o rio e de sua existência na lida cotidiana de um ofício até hoje pouco valorizado. Nesse sentido, suas memórias tem o potencial de descolonizar tanto a maneira como os moradores vêm suas ex e atuais lavadeiras, assim como vem rio.

O olhar que Dona Lúcia lança sobre o rio é carregada de dor em decorrência da perda de referências afetivas representadas pela destruição da casa, dos móveis, das plantas e flores de seu quintal, das fotografias, de seus objetos de valor afetivo a cada vez que ocorrem enchentes no rio. Nas suas memórias, fruto de sua experiência e percepção sensível, o desvio feito do rio para favorecer o aumento do fluxo rodoviário, motivado pela presença da siderúrgica que se instala na cidade, trouxe o rio para próximo de suas casas, ao mesmo tempo em que eliminou o campo de futebol, área de lazer tão cara aos moradores da localidade e que poderia funcionar como área de contenção das enchentes.

Ao dizer que o “rio era tudo para nós” revela que sua afeição pelo rio se origina na relação de fruição estética com as águas e as margens do rio. Fruição estética que remete ao sentido grego de “Aisthesis”, que se configura pelo **conhecimento sensorial e de sensibilidade, produzindo uma memória incorporada. Experiência de fruição estética hoje interdita pela realidade de um rio sujo, com pouca água. Dona Lúcia ao dizer que o “rio era tudo para nós” convida pensar, agir e lutar por projeto para os destinos do rio que não desconsidere a relação possível entre o valor econômico e valor cultural. Quantas possibilidades poderiam ser imaginadas se cidade deixasse de dar as costas ao rio voltasse a lhe abraçar, dando conta dos problemas que o “ser” rio vive no presente, ao mesmo tempo em que se prepara para ele um outro futuro.**

Por fim, Dona Lúcia ao dizer que é do próprio rio que ela retira a força para recomeçar, pareceu-nos estar se referindo a uma força simbólica, espiritual que desinstala visões fatalistas e desesperançosas sobre o rio, convidando a pensar este rio como um patrimônio a ser recuperado e preservado, pois há quem lhe atribuiu não só valor econômico, mas também valor cultural, trazendo de volta a relação de fruição de sua paisagem e de suas águas.

Referências

AGUIAR Wanda Maria Junqueira de; OZELLA, Sergio Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 94, n. 236, jan./abr. 2013, p. 299-322

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). Atlas esgotos: despoluição de bacias hidrográficas. *Agência Nacional de Águas*, 2017

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Arsae-MG). Relatório de fiscalização econômica GFE N° 023/2021. Disponível em: http://arsae.mg.gov.br/images/documentos/gfe_rf_2021_023_fisc_faturamento_sabar_a.pdf Acesso em 20 de maio de 2022.

ASSAD, Leonor. Cidades nascem abraçadas a seus rios, mas lhes viram as costas no crescimento. *Ciência e Cultura*. vol.65 no.2 São Paulo Abril./Junho, 2013, p.6-9.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. QUEIROZ: EDITOR, LTDA., 1979.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. Tradução Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CARNEIRO Silvana Monteiro de Castro. A simbologia da água e o seu papel na identidade cultural local: o rio paraíba do sul no contexto urbano de Campos dos Goytacazes/RJ. *Revista Perspectivas Humanas & Sociais Aplicadas*, Abril de 2019, v.9, n.24, p.69-80.
https://ojs3.perspectivasonline.com.br/humanas_sociais_e_aplicadas/article/view/1339

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

DIAS, Leandro De Bonna e BRESSAN, Márcio Abel. Memória e esquecimento: o excedente de visão em Funes, o memorioso, de Jorge Luiz Borges. *Linguística y Literatura*, núm. 77, pp. 491-506, 2020.
<https://www.redalyc.org/journal/4765/476569498021/html/>, Consultado em 20 de junho de 2022.

DIAS, Maria Odília da Silva. Nas Fímbrias da Escravidão Urbana: negras de tabuleiro e de ganho. *Estudos Econômicos*. São Paulo, 15(N.0 Especial) 59-109, 1985. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/article/download/157230/152622/345900> Acesso em 25 de maio de 2022.

DIOGO, Maria Fernanda e Coutinho, Maria Chalfin. A dialética da inclusão/exclusão e o trabalho feminino. *Interações*. 2006; XI(21):121-142. ISSN: 1413-2907. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=35402107> Acesso em 25 de maio de 2022.

FONSECA, Maria C. L. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: MINC/IPHAN. *O registro do patrimônio imaterial*. Brasília: MinC/ Iphan/Fundação Nacional de Arte, 2003.

FERNANDES, Maria Fernanda. A construção do patrimônio através da história oral. Anais Eletrônicos. In *XI Encontro Regional Nordeste de História Oral*. Fortaleza, 2017. Disponível em: http://www.nordeste2017.historiaoral.org.br/resources/anais/7/1494018931_ARQUIVO_ACONTRUCAODOPATRIMONIOATRAVESDAHISTORIAORAL.pdf Acesso em 30 de maio 2022.

FONSECA, Silas. *Semeadura*; prefácio Águida Alves. Sabará: Rancho da Cultura ,2021.

FRAGELLI, Pedro. Tradição e Revolução: Mário de Andrade e o patrimônio histórico e artístico nacional. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, no 75, abril de 2020, p.144-161.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GANDARA, Gercinair Silvério Cidades-beira: raízes urbanas e suas relações com o ambiente/natureza. *XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento histórico e diálogo social*. Natal. RN. 22 a 26 de junho de 2013. https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548874918_070de30352d31f2239fd36b5fffafa32.pdf. Consultado em 10 de maio de 2022.

GIL, Gilberto. *A mão da limpeza*. Álbum Raça Humana, Gravadora(s): Warner Music Brasil: 1984

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan/jun 2005.

GUERRA MACHADO, Maria de Lourdes. *Nas ruas de Sabará*. Sabará: CMC, 1999.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HAROLDO (Orgs.) *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo, Iphan, 2006, p. 33-76.

HITA, Maria Gabriela. *A Casa das mulheres n'outro terreiro: famílias matriarcais em Salvador*. Salvador: EDUFBA, 2014.

MARCELO, Marlon. *A liberdade se torna festa em um Mundo Velho: associativismo negro, carnavais, família e trabalho no pós-abolição em Sabará, Minas Gerais (1896- 1945)*. Belo Horizonte: 2022. 227 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais.

MARCELO, Marlon. “Êta Mundo Velho!”: *associativismo negro, cidadania e civilidade no clube Mundo Velho em Sabará (1887-1910)*. 84 f. (Monografia de bacharelado em Antropologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *A cidade como bem cultural – áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano*. In MORI, Victor Hugo; SOUZA, Marise Campos de; BASTOS, Rossano Lopes; GALLO.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas*. In: SUTTI, Weber (Coord.). I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: sistema nacional de patrimônio cultural. Desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Brasília, DF: Iphan, 2012. p. 25-39.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de; ARANTES NETO, Antônio Augusto; CARVALHO, Edgard de Assis; MAGNANI, José Guilherme Cantor; AZEVEDO, Paulo Ormino David de. *A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano*. [Debate]. *Patrimônio: atualizando o debate*[S.l.: s.n.], 2006.

PAIVA, Eduardo França. *Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo*. In: PAIVA, Eduardo França & ANASTASIA, Carla Maria Junho. (orgs.) *O trabalho mestiço; maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX*. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/PPGH-UFMG, 2002, p. 187-207.

PEREIRA, Danilo Celso. *A natureza como patrimônio cultural: entre o conceito e a prática federal de preservação*. *Revista Memorare*. Tubarão, SC, v. 4, n. 1,5; jan./abr.2017, p.120-14.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades*. Nuevo Mundo Mundos Nuevos [En ligne], Colloques, mis en ligne le 04 février 2005. Disponível em <https://journals.openedition.org/nuevomundo/229#quotation> Acesso em 25 de maio de 2022.

PORTELLI, Alessandro. *A história oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

RELPH, Edward. *Place and Placelessness*. London: Pion, 1976.

SCIFONI, S. *A construção do patrimônio natural*. 2006. 293f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006a.

Recebido em maio 2022
Aceito em junho de 2022